

Revolução industrial em Portugal? Por que não?

Paulo Roberto de Souza Trajano¹

A primeira associação feita quando é mencionado o termo Revolução Industrial está, com toda a razão de ser, na base de duas idéias: Inglaterra e século XVIII. Em um segundo momento, podem surgir imagens como a de máquinas precárias do ponto de vista da atualidade, ou então operários sem as mínimas condições de segurança, trabalhando em jornadas abusivas, sob o ritmo das máquinas.

Mas esse não é o objetivo deste artigo. Descrever a Revolução Industrial ou observar suas causas e origens tem sido o trabalho de dezenas de historiadores ao longo dos tempos. A observação a ser feita tampouco é sobre os países que vieram depois – os chamados *second commers* –, como a Bélgica, a Itália e a Alemanha, de modo que o destaque aqui vai para aquele país que poderia ter vindo (e, durante algum tempo, até veio) simultaneamente à Inglaterra na corrida industrial de fins do século XVIII, que foi Portugal.

Essa posição de Portugal tem a ver com o fato de que vários historiadores não reconhecem o desenvolvimento de manufaturas em várias partes do Reino durante o século XVIII. Como mostra Borges de Macedo em *A situação econômica no tempo de Pombal*, essa falta de reconhecimento ocorre, principalmente, porque as manufaturas portuguesas da época não estavam concentradas, e sim dispersas e pulverizadas por todo o território, atendendo sumariamente a uma demanda local ou regional. Produzia-se nesse sistema lanifícios, sedas, linifícios, sabão, vidro, couros e produtos trabalhados a partir do ferro e de outros metais, sendo a principal produção a de linifícios. A força motriz era animal e, em maior escala, hidráulica – explicando a presença de manufaturas em povoados localizados às margens dos rios.

(1) Graduando – 1º ano. (UNICAMP. Instituto de Economia).

Alguns aspectos da Revolução Industrial inglesa foram antecipados nesse processo luso, como a produção reunindo trabalhadores em um mesmo local, em meados do século XVIII, realizada nas cordoarias, nas manufaturas de tabaco e de lanifícios (Macedo, 1989: 151). Outro mito escondido sob o sistema luso está na suposta invasão de produtos estrangeiros por todo o território de Portugal. Realmente, nos grandes centros de nossa metrópole essa predominância de importados existia, porém, fora dessas cidades, os chamados produtos das fábricas do reino – basicamente sabão, vidro, couro e outros artigos – dominavam o abastecimento. Tanto é verdade que, durante a crise de 1770, o ministro Pombal implantou uma política de fomento industrial especialmente para os grandes centros, através de alvarás, promovendo a montagem de oficinas e até a montagem de fábricas pelo Reino, como a Fábrica Real de Chapéus de Pombal. Com isso, ele visava a combater a maciça presença de mercadorias estrangeiras nesses locais (com o auto-abastecimento nas indústrias de luxo), o que não ocorria em áreas menores, já que o sistema de produção regional existente não sofreu quaisquer alterações.

Mesmo almejando um arranque em vários setores, apenas a indústria do algodão teve vida longa após o incentivo de Pombal. As outras indústrias acabaram servindo somente para amenizar a crise enfrentada, diminuindo o problema das grandes saídas de ouro para outras nações que Portugal enfrentava em meados do século XVIII. A indústria do algodão desse tempo estava localizada, na maioria das vezes, próxima aos portos portugueses, de onde recebia o algodão bruto – vindo da colônia brasileira –, e próxima a rios, de onde extraía a energia, hidráulica. A tecnologia era importada, em grande parte, da Inglaterra, através da forte presença de estrangeiros que, na época, haviam migrado espontaneamente para o Reino (Macedo, 1989: 177-8, 183), trazendo conhecimentos técnicos da área. O setor algodoeiro português prosperou ao ponto do produto possuir destaque nas décadas seguintes entre as mercadorias de exportação do Reino.

Essa afirmação pode causar certa estranheza, contudo é fato que Portugal possuía um sistema de produção estruturado entre os últimos anos do século XVII

e os primeiros do século posterior, instituído com base no setor têxtil, basicamente no algodão e no linho.

Mesmo levantando todos esses fatores, não se pode deixar de reconhecer que os dados sobre a indústria portuguesa no final do século XVIII são bastante escassos, como ressalta Valentim Alexandre (1993: 44).

Considerando a importância do mercado consumidor neste período, surge uma questão: se a Inglaterra tinha sob domínio o comércio marítimo internacional, como Portugal poderia encontrar mercados consumidores e matérias-primas para sua indústria?

A explicação se encontra no pacto colonial. Neste ponto, revela-se a importância do Brasil para o desenvolvimento da metrópole portuguesa. A principal evidência encontra-se nos Balanços do Comércio Externo de Portugal na época, apesar da imprecisão nos dados e das flutuações de critérios de aferição. Mesmo a par de tais limitações, os Balanços acusam, por exemplo, o aumento da participação do algodão nas exportações brasileiras para o reino. Além do algodão, outros produtos daqui exportados viabilizavam a industrialização lusitana, como o arroz, que ao deixar de ser importado da Itália reduzia o custo de vida e, conseqüentemente, o custo da mão-de-obra (Arruda, 1980: 392-93).

Ainda baseado nos Balanços de Comércio de Portugal, também merece destaque a importação dos chamados “produtos das fábricas” pela colônia brasileira, que durante vários anos entre 1796 e 1807 representam a maior fatia das importações locais, com altas representações em termos de valores, como pode ser atestado nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1
Participação percentual dos produtos na importação do Brasil (Rio de Janeiro) ⁽¹⁾

| Datas | Mantimentos | Lanifícios | Linifícios | Sedas | Produtos das fábricas | Metais | Vários ⁽²⁾ |
|-------|-------------|------------|------------|-------|-----------------------|--------|-----------------------|
| 1796 | 15,2 | 11,7 | 20,4 | 2,7 | 29,4 | 7,1 | 13,5 |
| 1797 | 11,7 | 17,4 | 10,4 | 1,6 | 33,7 | 6,7 | 18,5 |
| 1798 | 12,0 | 13,4 | 8,7 | 1,2 | 42,2 | 5,7 | 16,8 |
| 1799 | 10,3 | 18,0 | 10,6 | 1,8 | 36,4 | 7,0 | 15,9 |
| 1800 | 9,6 | 15,4 | 11,4 | 2,0 | 39,5 | 6,5 | 15,6 |
| 1801 | 10,7 | 13,0 | 10,7 | 1,3 | 36,9 | 8,8 | 18,6 |
| 1802 | 10,0 | 16,0 | 9,8 | 1,6 | 37,2 | 9,4 | 16,0 |
| 1803 | 17,8 | 2,3 | 8,9 | 5,6 | 40,5 | 8,6 | 16,3 |
| 1804 | 20,7 | 14,6 | 6,2 | 2,9 | 32,5 | 7,8 | 15,3 |
| 1805 | 21,8 | 15,4 | 9,0 | 2,2 | 25,2 | 10,4 | 16,0 |
| 1806 | 28,2 | 14,5 | 11,8 | 2,8 | 18,3 | 9,4 | 15,0 |
| 1807 | 30,6 | 14,5 | 15,9 | 2,1 | 15,4 | 10,0 | 11,5 |

⁽¹⁾ O porto do Rio de Janeiro era o principal porto de importação do Brasil no período citado.

⁽²⁾ Nesta categoria estão inseridas as categorias “Ouro-Prata”, “Produtos da Ásia”, e “Drogas”.

Fonte: Arruda (1980: 177).

Tabela 2
Exportação de produtos industriais portugueses para o Brasil (1796-1807) ⁽¹⁾

| Anos | Indicado nos balanços (“produtos das fábricas do Reino”) | Retificado ⁽²⁾ |
|------|--|---------------------------|
| 1796 | 1716,1 | 2534,6 |
| 1797 | 2790,9 | 2897,9 |
| 1798 | 4068,4 | 4202,3 |
| 1799 | 5497,9 | 5609,7 |
| 1800 | 3715,5 | 3810,8 |
| 1801 | 3917,7 | 4029,3 |
| 1802 | 3320,4 | 3546,8 |
| 1803 | 2684,7 | 2864,3 |
| 1804 | 3251,4 | 3433,8 |
| 1805 | 2433,3 | 2641,4 |
| 1806 | 1821,9 | 1973,6 |
| 1807 | 1101,8 | 1603,7 |

⁽¹⁾ Em contos de réis.

⁽²⁾ Essa retificação, feita pelo autor da tabela, inclui entre os “produtos das fábricas do Reino”, produtos industrializados que estavam discriminados em outras categorias, como “lanifícios”, “linifícios”, “sedas”, “metais” e “vários gêneros”.

Fonte: Alexandre (1993: 45).

Nesse contexto, altera-se a utilidade da colônia. O Brasil deixa de ser um fornecedor de produtos exóticos para se tornar uma fonte de matérias-primas e pólo consumidor dos rústicos produtos industriais lusos. Portugal mostra-se pioneiro nesse tipo de relação colonial, que viria a ser comum no imperialismo. Por outro lado, o Brasil torna-se pioneiro como uma colônia que goza de relativa autonomia, o que será fundamental para a Independência proclamada anos mais tarde, e para o desacerto do sistema.

Após constatar a industrialização portuguesa, a pergunta inevitável a ser feita é: por que Portugal não se manteve avançado em termos de indústria?

A resposta é controversa. Uma das explicações enfoca a questão do contrabando na colônia, que estreitava o horizonte consumidor dos produtos lusos. Os ingleses estavam na dianteira desse tipo de comércio com o Brasil, mas também se faziam presentes americanos, franceses e até suecos e dinamarqueses (Novais, 1995: 185). Os efeitos do contrabando podem ser avaliados segundo as introduções escritas pelo contador Maurício José Teixeira de Moraes, organizador dos Balanços, contra os efeitos depressivos do comércio ilícito (Novais, 1995: 185). As atividades que quebravam o regime de monopólio colonial – como as concessões cedidas pelos portugueses para o comércio de alguns produtos ingleses – também aparecem como fator fundamental da derrocada da industrialização portuguesa para Borges de Macedo:

“A realidade, que se exprimia dura e progressivamente, a partir de 1801, era a entrada legal e clandestina de tecidos de algodão, lã, estamparias, ferro e quinquilharias inglesas numa concorrência que se tornava cada vez mais destruidora” (Macedo, 1989: 238).

Para Jobson Arruda, o processo de contrabando representa um duro golpe nos planos lusos de desenvolvimento industrial, assim como a Abertura Comercial de 1808, uma espécie de legitimação de uma situação que, na prática, já havia se estabelecido, destacando o papel da autonomia do Brasil em forçar, juntamente com a Inglaterra, a quebra do regime de exclusivo metropolitano. Essa conclusão baseia-se em detalhada análise dos dados dos Balanços de Comércio nos primeiros anos do século XIX, onde Jobson Arruda indica um aumento considerável nas exportações, sem o acompanhamento de igual elevação nas importações. Como seria improvável que as necessidades da colônia estivessem estagnadas nesse período, assim como seria também improvável um processo de entesouramento na

colônia, as necessidades locais só poderiam estar sendo supridas pela prática ilegal de contrabando (Arruda, 1980: 323-28).

Ainda baseando-se na análise dos mesmos Balanços de Comércio Externo de Portugal, é possível concentrar-se apenas na Abertura Comercial brasileira de 1808 para explicar as razões pelas quais o desenvolvimento luso não engrenou. Quando D. João VI abriu os portos brasileiros às outras nações, Portugal teve, como concorrente direto, a Inglaterra. Fazendo valer a hegemonia no comércio internacional, oferecendo produtos de qualidade equivalente ou superior e mais baratos que os portugueses, os ingleses tornaram a indústria portuguesa, extremamente dependente do pacto colonial, inviável. Esse é o ângulo privilegiado por Valentim Alexandre (1993: 780-87), que destaca uma evolução das exportações industriais portuguesas após 1801 – para contrapor-se à visão de Borges de Macedo –, e até indica uma ligeira recuperação após 1808, vendo como derrocada final do processo o biênio de 1818/19, já como conseqüência da forte concorrência inglesa e americana ocasionada após 1808, como pode ser constatada na Tabela 3.

Tabela 3
Exportação de produtos industriais portugueses para o Brasil (1808-1823) ⁽¹⁾

| Anos | Indicada nos balanços (“Produtos das fábricas do Reino”) | Retificada ⁽²⁾ |
|------|--|---------------------------|
| 1808 | 220,0 | – ⁽³⁾ |
| 1809 | 436,6 | 979,8 |
| 1810 | 413,1 | 881,4 |
| 1811 | 379,8 | 1228,8 |
| 1812 | 376,2 | 924,4 |
| 1813 | 540,9 | 1096,6 |
| 1814 | 703,8 | 1244,2 |
| 1815 | 884,0 | 1552,1 |
| 1816 | 1129,9 | 1869,3 |
| 1817 | 1068,7 | 1878,9 |
| 1818 | 1265,3 | 2415,2 |
| 1819 | 1170,0 | 1904,8 |
| 1820 | 966,1 | 1531,3 |
| 1821 | 1095,7 | 1722,9 |
| 1822 | 828,0 | 1274,9 |
| 1823 | 506,1 | 994,4 |

⁽¹⁾ Em contos de réis.

⁽²⁾ A retificação, feita pelo autor das tabelas, segue os mesmo critérios da Tabela 2.

⁽³⁾ A Balança de 1808 não dá elementos para fazer a retificação (nota do autor da tabela)

Fonte: Alexandre (1993: 781).

Ao final, até na derrocada da incipiente indústria portuguesa fica evidente a importância do Brasil-colônia no desenvolvimento de Portugal, pois boa parte da existência dessa “indústria” deveu-se à própria existência do Brasil como mercado consumidor, e também a estagnação lusa está relacionada aos rumos divergentes seguidos por esta ex-colônia. Apesar de não ser muito divulgado, Portugal, a sua maneira, chegou a competir com a Inglaterra no início da era industrial, porém sem obter sucesso, o que mostra que nem tudo o que aconteceu na história moderna está dito, e que há muito a se revelar.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.
- ARRUDA, José Jobson A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1989.
- _____. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2. ed. Lisboa: [s.n.], 1982.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.